

Ata

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2026 (Segunda Parte) - CONSELHO ADMINISTRATIVO

ABERTURA

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação - EMC, em formato híbrido, com participação presencial na sede da Empresa e por videoconferência, mediante acesso ao link eletrônico previamente disponibilizado aos participantes (<https://meet.mg.gov.br/8%C2%AAReuniaoExtraordinariadoConselhodeAdministracaodaEMC>).

A reunião foi convocada com a finalidade de deliberar sobre o **Relatório de Due Diligence** referente à indicada para o cargo de Diretora de Conteúdo e Programação, apreciar o **Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico** da Empresa, mediante análise dos resultados do segundo trimestre de dois mil e vinte e seis; e tomar conhecimento do andamento do **Plano de Ação** destinado ao atendimento das recomendações decorrentes da análise da Prestação de Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco.

PARTICIPANTES:

Participaram da reunião o Presidente do Conselho de Administração, Gustavo Batista Medeiros, e os Conselheiros Andreza Gischewski Costa, Bruno Prates Cardieri, Celso Guimarães Ferreira Junior e Erick Serrat Magnani Alves. Representando a Empresa Mineira de Comunicação - EMC, estiveram presentes o Presidente, Henrique (Ike) Yagelovic, o Diretor-Geral, Luciano Correia Gonçalves, a Auditora Interna, Dra. Martha Helena Rodrigues Lima, o Assessor de Tecnologia da Informação, Bruno Diniz Silva Neves, e as Assessoras da Presidência Vilma Machado e Cinthia Meira. Participaram da segunda parte da reunião, além dos participantes que já se encontravam na sala virtual, o representante da Assessoria Jurídica, Raphael Raggi, o Assessor de Comunicação, Daniel Vilela, a Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças, Elaine do Carmo Luiz, a Diretora de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações, Caroline Santos, e o Diretor de Audiovisual e Produtos Digitais, Pablo Pires (Dom).

INÍCIO DOS TRABALHOS:

O Presidente Gustavo Medeiros declarou aberta a reunião extraordinária do Conselho de Administração e informou que a pauta seria dividida em dois momentos: (primeira parte) apreciação do processo de *Due Diligence* da indicada ao cargo de Diretora de Programação e Conteúdo, e (segunda parte) análise dos resultados do segundo trimestre por meio do Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico, bem com do andamento do Plano de Ação.

APRESENTAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIBERAÇÕES:

Prosseguindo a reunião, após o encerramento da pauta anterior (1ª parte - *Due Diligence*) , cuja

matéria foi aprovada por unanimidade, passou-se à apreciação do item referente ao acompanhamento do **Plano de Ação** decorrente da Prestação de Contas do exercício de 2025/2026.

Inicialmente, foi apresentada pela Auditoria Interna a atualização das ações executadas nos últimos trinta dias. Informou-se que foi instituído grupo de trabalho destinado à avaliação da composição das fichas de conciliação dos saldos contábeis relacionados aos contratos a receber, com vistas à identificação dos valores recuperáveis e à constituição das respectivas provisões (**Ação A**). Registrou-se que a portaria de instituição do grupo foi publicada em 16 de Junho de 2026, encontrando-se os trabalhos em andamento, com levantamento integral dos saldos já realizado, permanecendo em curso a análise individualizada de cada contrato, etapa que subsidiará a elaboração das demonstrações contábeis e do procedimento operacional padronizado correspondente.

Na sequência, foi apresentado o andamento das ações relativas à conciliação dos depósitos judiciais (**Ação B**). Informou-se que o grupo de trabalho foi igualmente instituído por portaria publicada em 16 de Junho de 2026, encontrando-se concluído o levantamento realizado pela Assessoria Jurídica acerca dos pagamentos efetuados, permanecendo pendente a realização da conciliação pelo grupo de trabalho. Esclareceu-se que a elaboração do relatório de divergências e da base contábil atualizada dependerá da conclusão dessa etapa.

Quanto à comissão responsável pela reavaliação permanente do ativo imobilizado (**Ação C**), foi informado que a portaria anteriormente existente foi localizada, bem como os trabalhos já realizados. Esclareceu-se que a documentação foi encaminhada à Assessoria Jurídica para manifestação quanto à sua validade e que está em andamento a atualização da composição da comissão, providência que demanda a indicação de representantes de diversas unidades administrativas, razão pela qual sua conclusão exigirá prazo superior às demais ações. Registrou-se, ainda, que as etapas subsequentes permanecem condicionadas à formalização da referida comissão.

(Ação D) 1ª Etapa da Recomendação da Realização de estudo técnico-contábil visando mapear, revisar e formalizar os fluxos financeiros, contábeis e operacionais existentes entre Fundação TV Minas Cultural e Educativa (FTVM) e a Empresa Mineira de Comunicação (EMC) com definição clara dos critérios de registro, demonstrando a natureza jurídica das transferências de recursos e dos adiantamentos de gerenciamento de despesas autorizados pelo Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN), ainda dentro do prazo de 120 dias.

Em relação à elaboração do Plano de Sustentabilidade Econômica (**Ação E**), ressaltou-se tratar-se de ação prioritária para a Empresa, especialmente diante da necessidade de identificação dos principais fatores geradores do déficit apurado na prestação de contas do exercício anterior. Informou-se que a Gerência responsável justificou a priorização, neste momento, das ações relacionadas aos contratos a receber e aos depósitos judiciais, por se encontrarem em estágio avançado de execução. Comunicou-se, ainda, que a Diretoria de Marketing solicitou reunião com a Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF) para iniciar a elaboração de plano voltado à ampliação das receitas próprias, contemplando ações de publicidade institucional, parcerias, desenvolvimento de projetos, incentivos e monetização. Destacou-se que o referido plano deverá possuir caráter estruturante, ultrapassando o exercício corrente, especialmente em razão das limitações decorrentes do período eleitoral, e que deverá ser submetido à apreciação do Conselho de Administração, juntamente com proposta de Plano de Negócios.

Na sequência, foi apresentada atualização referente às demandas relacionadas ao ECAD (**Ação F**). Informou-se que a Assessoria Jurídica localizou o histórico da ação judicial correspondente, tendo sido identificado valor aproximado de R\$ 468.918,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e dezoito reais) passível de baixa contábil, relativo exclusivamente à Rádio Inconfidência, não tendo sido identificados valores referentes à Rede Minas. Esclareceu-se que os

levantamentos serão encaminhados à Gerência de Contabilidade e Finanças para adoção das providências necessárias, incluindo a baixa contábil, atualização dos demonstrativos de passivos, elaboração de plano de mitigação e formalização de eventual acordo quanto ao saldo remanescente. Ressaltou-se, ainda, a importância da instituição de procedimento interno de monitoramento para prevenir a recorrência da situação, destacando-se a necessidade de participação da Diretoria de Conteúdo e Programação na validação das informações.

Quanto às demais iniciativas previstas no Plano de Ação, informou-se que permanecem dentro dos respectivos cronogramas, estando sua execução condicionada, em grande parte, à conclusão das etapas iniciais anteriormente apresentadas.

Encerrada a apresentação dos status do Plano de Ação, o Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e franqueou a palavra aos conselheiros.

Foi registrada manifestação no sentido de que a formalização da Comissão Permanente de Reavaliação do Ativo Imobilizado, embora envolva diversas unidades administrativas, consiste em ato administrativo de baixa complexidade, razão pela qual foi ponderada a possibilidade de sua conclusão em prazo reduzido, sem prejuízo da maior complexidade dos trabalhos técnicos subsequentes.

Na oportunidade, também foram solicitados esclarecimentos acerca do estágio dos trabalhos de reavaliação patrimonial, especialmente quanto à utilização dos levantamentos anteriormente realizados, à aplicação dos índices de depreciação e à necessidade de validação ou atualização dos procedimentos já executados.

Adicionalmente, foi requerida atualização acerca da situação das demandas envolvendo o ECAD, especialmente em relação às negociações realizadas no exercício anterior, aos valores prescritos e às medidas atualmente adotadas para regularização do passivo.

Informou-se que os levantamentos patrimoniais anteriormente realizados permanecem válidos; contudo, a metodologia de cálculo da depreciação foi alterada ao final do exercício de 2025, exigindo a aplicação dos novos índices estabelecidos para toda a Administração Pública Estadual.

Esclareceu-se, ainda, que a ressalva constante da prestação de contas decorreu justamente da atualização dessa metodologia durante o período de análise das demonstrações contábeis, circunstância que demandou a adequação dos procedimentos anteriormente adotados, sem prejuízo da validade do inventário patrimonial já realizado.

Em prosseguimento às discussões, foram solicitados esclarecimentos adicionais acerca da ressalva constante da Prestação de Contas do exercício anterior, especialmente quanto à relação entre a atualização da metodologia de depreciação dos bens patrimoniais.

Em resposta, a Administração esclareceu que a ressalva decorreu da atualização da metodologia de depreciação adotada pelo Estado, ocorrida após a realização do inventário patrimonial. Informou-se que o inventário foi elaborado de acordo com as normas vigentes à época de sua realização, porém, em razão do atraso na tramitação da prestação de contas, quando da análise dos demonstrativos já se encontrava em vigor nova metodologia de cálculo, exigindo adequações que não puderam ser implementadas naquele momento.

Na sequência, membros do Conselho ponderaram que a ressalva registrada na Prestação de Contas dizia respeito, em sua essência, à não aplicação da metodologia exigida para a depreciação dos bens patrimoniais, independentemente da existência formal da comissão, ressaltando a importância de que a Administração apresentasse de forma objetiva a situação efetivamente verificada.

Em complementação, a Administração esclareceu que o procedimento de depreciação automática

previsto nos sistemas corporativos foi regularmente executado, contudo a aplicação da metodologia específica introduzida pelas normas estaduais demandava avaliações individualizadas de determinados bens patrimoniais, especialmente daqueles sujeitos a condições particulares de utilização, obsolescência ou vida útil distinta da prevista nas tabelas padronizadas, circunstância que motivou a ressalva apontada pelos órgãos de controle.

Foi ressaltado que os levantamentos patrimoniais foram realizados, porém a adequação integral à metodologia atualmente vigente ainda demanda a atualização dos índices de depreciação e a validação técnica dos respectivos critérios.

Durante os debates, foi destacado que a constituição formal da comissão representa etapa necessária para viabilizar a conclusão do inventário patrimonial atualizado, cujo prazo estabelecido no Plano de Ação é de quarenta e cinco dias, permanecendo como principal desafio a compatibilização entre os levantamentos já executados e a metodologia atualmente exigida.

Após novos esclarecimentos, a Administração reconheceu que a metodologia atualmente vigente não foi aplicada no prazo inicialmente previsto para atendimento da recomendação, esclarecendo, entretanto, que os levantamentos patrimoniais referentes aos exercícios anteriores foram realizados conforme os critérios então vigentes, permanecendo pendente a adequação metodológica exigida pelas novas normas estaduais

Na sequência, foi informado que as ressalvas relativas à depreciação patrimonial já constavam dos relatórios referentes aos exercícios de 2024 e 2025, esclarecendo-se que os inventários foram realizados, porém sem a conclusão da conciliação patrimonial e da aplicação integral da metodologia posteriormente estabelecida pelo Estado.

Diante dos esclarecimentos apresentados, foi registrada manifestação do Presidente no sentido de demonstrar preocupação quanto ao cumprimento do prazo de quarenta e cinco dias previsto no Plano de Ação para conclusão das medidas corretivas relacionadas ao inventário patrimonial e à metodologia de depreciação.

Foi consignado que o estágio atual dos trabalhos evidencia risco de descumprimento do cronograma inicialmente estabelecido, circunstância que poderá repercutir nas futuras prestações de contas da Empresa.

Em razão disso, o Conselho deliberou que o tema deverá permanecer sob acompanhamento prioritário, devendo a administração apresentar atualização específica sobre a evolução dos trabalhos na próxima reunião do Conselho de Administração, especialmente quanto:

a) à atualização da composição da Comissão Permanente de Reavaliação do Ativo Imobilizado;

b) à atualização do inventário patrimonial;

c) à aplicação da metodologia vigente de depreciação dos bens;

d) ao cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano de Ação.

Foi ainda registrado que as medidas corretivas deverão contemplar não apenas a conciliação patrimonial, mas também a efetiva realização dos cálculos de depreciação e sua correspondente incorporação aos registros contábeis.

Em atendimento aos questionamentos formulados pelo Conselho, a Administração apresentou atualização acerca das tratativas mantidas com o ECAD.

Informou-se que, no exercício de 2025, o ECAD apresentou proposta destinada à regularização dos recolhimentos relativos aos exercícios mais recentes, desvinculada do passivo histórico

atualmente objeto do Plano de Ação. A proposta contemplava condições diferenciadas para regularização das emissoras e definição de procedimento permanente para os recolhimentos futuros.

Esclareceu-se que a proposta foi submetida à análise da então Secretaria de Estado de Comunicação, que entendeu pela necessidade de avaliação jurídica quanto à viabilidade da negociação, razão pela qual não houve adesão dentro do prazo originalmente estabelecido.

Posteriormente, com a mudança da gestão da Secretaria e a implementação do Plano de Ação, a Administração retomou as tratativas junto ao ECAD. Contudo, verificou-se alteração na representação jurídica da entidade no Estado, circunstância que dificultou o andamento das negociações em razão da ausência de retorno por parte do novo escritório responsável.

Diante desse cenário, a Assessoria Jurídica informou que passou a buscar interlocução diretamente com o ECAD, objetivando obter definição quanto aos valores efetivamente exigíveis e às condições para eventual regularização administrativa.

Ressaltou-se, ainda, que já foi concluído o levantamento dos valores prescritos passíveis de baixa contábil, os quais foram encaminhados à Gerência de Contabilidade e Finanças para adoção das providências necessárias à respectiva baixa patrimonial e à continuidade das demais etapas previstas no Plano de Ação.

Encerradas as manifestações e não havendo novos questionamentos sobre o tema, o Presidente deu por concluída a apreciação do item referente ao acompanhamento do Plano de Ação, determinando o prosseguimento da reunião com os demais assuntos constantes da pauta.

Na sequência, passou-se à apresentação do monitoramento do Planejamento Estratégico, em complementação às informações apresentadas na reunião anterior, contemplando a atualização dos principais indicadores institucionais e das ações implementadas para o alcance das metas estabelecidas.

Inicialmente, foi apresentada a evolução do indicador referente à audiência média da programação da Rede Minas.

A Administração informou que, embora os resultados constantes do relatório ainda reflitam desempenho inferior à meta estabelecida, foram observados avanços significativos decorrentes das alterações promovidas na grade de programação, implementadas em 11 de junho, cujos efeitos positivos ainda não se encontram integralmente refletidos nos indicadores apresentados, em razão do período de consolidação das medições.

Foi comunicado, ainda, que foi solucionado o problema técnico que afetava a operação da emissora em Belo Horizonte desde o início do exercício, relacionado à redução da potência de transmissão.

A Diretoria Técnica esclareceu que, após a identificação de falha estrutural na antena de transmissão ocasionada pela infiltração de água em decorrência de defeito de fabricação, foram realizados testes técnicos que culminaram na substituição integral do equipamento por uma nova antena, de tecnologia superior, restabelecendo, na última semana, a operação em potência máxima autorizada pelo Ministério das Comunicações.

A Administração destacou que a regularização da infraestrutura técnica, aliada às alterações promovidas na programação, tende a produzir impacto positivo nos índices de audiência nos próximos ciclos de monitoramento.

Foi informado que, na comparação entre o período anterior às alterações da grade e o período subsequente à sua implantação, verificou-se crescimento aproximado de 46% na audiência média

da emissora, passando de cerca de 1.458 para aproximadamente 2.140 domicílios por minuto, resultado que aproxima a Companhia da meta institucional de 2.304 domicílios por minuto.

Esclareceu-se, contudo, que os dados atualmente disponíveis abrangem período reduzido de acompanhamento, sendo necessária a consolidação das informações referentes aos meses subsequentes para confirmação da tendência observada.

A Administração registrou expectativa de atingimento da meta institucional nos próximos ciclos de monitoramento, considerando a retomada da potência integral de transmissão, os resultados iniciais da nova grade de programação e a continuidade das ações de fortalecimento da marca e qualificação do conteúdo.

Em resposta a questionamento formulado por conselheiro acerca da metodologia de mensuração da audiência, foi esclarecido que os indicadores atualmente utilizados contemplam exclusivamente o canal principal da Rede Minas e possuem abrangência limitada à Região Metropolitana de Belo Horizonte, inexistindo, até o momento, metodologia capaz de aferir de forma abrangente a audiência dos canais da multiprogramação ou das demais regiões do Estado.

Informou-se, entretanto, que a Diretoria de Tecnologia, em conjunto com a área de Tecnologia da Informação, encontra-se desenvolvendo metodologia complementar para acompanhamento dos canais digitais e da multiprogramação em tempo real, ampliando a capacidade institucional de monitoramento dos indicadores de audiência.

O Conselho registrou satisfação com os resultados preliminares apresentados, ressaltando a importância do acompanhamento contínuo dos indicadores para verificação da efetividade das medidas implementadas.

Na sequência, foi apresentada a evolução do indicador referente à audiência média da Rádio Inconfidência.

A Administração informou que também foram implementadas alterações na programação da emissora, cujos resultados deverão ser observados nos próximos ciclos de monitoramento, em razão do período necessário para consolidação dos indicadores.

Foi esclarecido que as ações atualmente em desenvolvimento contemplam o reposicionamento da programação musical, com o objetivo de ampliar o alcance da emissora junto ao público de faixa etária mais jovem, preservando, ao mesmo tempo, sua identidade institucional.

Informou-se, ainda, que os principais telejornais produzidos pela Empresa passaram a ser transmitidos simultaneamente pela televisão e pela rádio, fortalecendo o conceito de integração entre os veículos de comunicação e ampliando o potencial de audiência e comercialização dos produtos institucionais.

A Administração destacou que essa estratégia permitirá oferecer ao mercado publicitário soluções comerciais mais atrativas, associando o alcance conjunto da televisão e da rádio, fortalecendo a atuação do setor comercial e contribuindo para a ampliação das receitas próprias da Empresa.

Foi informado, ainda, que as Diretorias de Conteúdo, Comercial, Marketing e demais áreas correlatas passaram a realizar reuniões periódicas destinadas ao desenvolvimento de projetos estratégicos voltados à geração de receitas, priorizando iniciativas de maior potencial econômico e alinhadas aos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Os membros do Conselho destacaram a relevância da integração entre as áreas de conteúdo e comercial, reconhecendo sua importância para o fortalecimento institucional e para a sustentabilidade financeira da Empresa.

Na sequência, foi apresentado o desempenho da plataforma digital Minas Play.

Informou-se que o número acumulado de downloads permanece acima da meta estabelecida, evidenciando crescimento contínuo da adesão dos usuários aos serviços digitais disponibilizados pela Companhia.

A Administração ressaltou que o fortalecimento das plataformas digitais constitui eixo estratégico de atuação institucional, acompanhando as mudanças nos hábitos de consumo de conteúdo audiovisual e ampliando os canais de relacionamento com o público.

Foi esclarecido que, em razão das restrições decorrentes do período eleitoral, o conteúdo institucional da plataforma encontra-se temporariamente suspenso, permanecendo disponíveis apenas os conteúdos cuja divulgação é compatível com a legislação aplicável, notadamente as aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), produzidas no âmbito de parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

Registrou-se que a produção de novos conteúdos permanece em andamento durante o período de vedação eleitoral, possibilitando sua disponibilização ao público imediatamente após o encerramento das restrições legais.

A Administração destacou que o período de vedação eleitoral produzirá impactos temporários nos indicadores relacionados às plataformas digitais e às ações de fortalecimento institucional, circunstância igualmente enfrentada pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

O Conselho tomou conhecimento das informações apresentadas, registrando a importância do acompanhamento contínuo dos indicadores estratégicos e da adoção das medidas necessárias para manutenção da trajetória de crescimento observada nos resultados institucionais.

Na sequência, foi apresentado o indicador referente aos **conteúdos disponibilizados no aplicativo Minasplay**, informando-se que o resultado permaneceu abaixo da meta estabelecida. Esclareceu-se que o indicador está sendo acompanhado pela equipe responsável e que o período de vedação eleitoral poderá retardar a disponibilização de novos conteúdos, os quais estão sendo preparados para publicação tão logo haja autorização legal.

Em seguida, foi apresentado o indicador referente ao número de **downloads do aplicativo da Rádio Inconfidência**, registrando-se o alcance de 3.228 downloads no segundo trimestre, resultado superior à meta de 2.200 downloads. Informou-se que, durante o período de vedação eleitoral, o aplicativo permanece disponibilizando apenas a programação transmitida ao vivo.

Os conselheiros sugeriram aprimoramentos na apresentação dos gráficos, com maior destaque para as metas e melhor legibilidade das informações, sugestão acolhida pela equipe responsável.

Quanto ao indicador **Net Promoter Score (NPS)**, foi informado que a baixa participação do público tem comprometido sua representatividade, motivo pelo qual está sendo desenvolvida nova metodologia para aferição da satisfação dos usuários. Deliberou-se que o indicador será novamente apresentado ao Conselho após a conclusão dos estudos metodológicos.

Foram discutidas alternativas para ampliar a interação do público com os conteúdos da Rede Minas e da Rádio Inconfidência, incluindo mecanismos de participação por meio da televisão e do aplicativo da rádio, iniciativas que permanecem em fase de estudo.

Na sequência, foram apresentados os resultados da arrecadação de receitas, informando-se que o montante acumulado até 29 de junho totalizou **R\$ 4.668.963,43**. Destacou-se que, em razão do período de vedação eleitoral, a expectativa é de estabilização ou redução da arrecadação nos meses seguintes.

Foi apresentada a composição das receitas, evidenciando-se a predominância de recursos provenientes do setor público, que representam aproximadamente **84%** da arrecadação consolidada, enquanto cerca de **15%** decorrem de receitas do setor privado, oriundas de aluguéis de infraestrutura, parcerias e patrocínios.

Durante a discussão, os conselheiros solicitaram maior detalhamento da origem das receitas, especialmente quanto à identificação dos recursos previstos na legislação. A equipe informou que está promovendo estudos e adequações no relatório, com apoio técnico, para possibilitar a discriminação das fontes de receita nas próximas apresentações. Na oportunidade, foi apresentada planilha complementar contendo a segregação preliminar das receitas por origem, a qual subsidiará o aprimoramento dos relatórios financeiros.

Na sequência, foram prestados esclarecimentos sobre a regulamentação das vagas de garagem e sobre os estudos relativos à reestruturação de cargos. Informou-se que a proposta de regulamentação das vagas encontra-se em análise pela área jurídica, contemplando critérios de prioridade e possibilidade de rodízio entre os usuários. Quanto à criação de novos cargos para a operação da rádio, esclareceu-se que não há condições de implementação no momento, estando em estudo adequações no plano de cargos e salários, cuja proposta será submetida à apreciação do Conselho.

Em seguida, foi apresentada planilha complementar com o detalhamento da origem das receitas públicas, discriminando os recursos provenientes do Governo Estadual e do Governo Federal. Os conselheiros destacaram a importância de aperfeiçoar a classificação das receitas, com maior detalhamento das fontes de recursos, especialmente quanto aos repasses legais e aos diferentes órgãos e entidades de origem. Como encaminhamento, deliberou-se pela juntada da planilha aos documentos da reunião e pelo aprimoramento do relatório financeiro para as próximas apresentações, visando conferir maior transparência à composição das receitas e ao acompanhamento da dependência de recursos públicos.

Em prosseguimento à análise das receitas, foi determinado o aprimoramento do relatório financeiro, com a inclusão de planilha detalhando a origem dos recursos, de forma a consolidar as informações em um único documento e ampliar a transparência quanto à composição das receitas.

Durante a discussão, destacou-se a elevada dependência de recursos públicos e a expectativa de redução da arrecadação em razão do período de vedação eleitoral. Informou-se que a Administração vem intensificando ações voltadas à ampliação das receitas oriundas da iniciativa privada, por meio do desenvolvimento de novos produtos e oportunidades de comercialização, cujo acompanhamento será realizado por indicadores específicos.

Também foram apresentados dados preliminares sobre a distribuição das receitas por órgãos públicos, permanecendo em estudo formas de aperfeiçoar a extração dessas informações nos sistemas corporativos.

Na sequência, informou-se que a pesquisa de clima organizacional e de satisfação com a comunicação interna será realizada após o mês de agosto.

Por fim, foi apresentado o indicador de liquidação do crédito orçamentário, registrando-se redução do crédito autorizado em relação ao valor inicialmente previsto e informando-se que, até o período analisado, a despesa liquidada correspondia a **38%** do crédito autorizado.

Apresentada a atualização da execução orçamentária, informando-se a redução do crédito autorizado em decorrência de contingenciamento, o que motivou alerta quanto à necessidade de acelerar a execução de despesas e investimentos, a fim de minimizar o risco de novos contingenciamentos até o encerramento do exercício.

Em relação à redução dos custos operacionais, informou-se que estão em andamento ações previstas no plano de ação institucional, voltadas à racionalização de despesas e ao equilíbrio das contas da empresa.

No acompanhamento dos projetos estratégicos, registrou-se que permanece em desenvolvimento nova metodologia para aferição da satisfação do público (NPS). Quanto ao projeto de criação do portal de notícias da EMC, informou-se que o portal já se encontra em funcionamento em caráter piloto, sob coordenação da Assessoria de Comunicação, com reorganização dos fluxos de trabalho e análise jurídica de oportunidades de monetização, observadas as restrições do período eleitoral.

Também foram apresentadas as ações de fortalecimento institucional das marcas Rede Minas, Rádio Inconfidência e EMC, destacando-se a participação em eventos estratégicos, a consolidação de parcerias, a transmissão da Vesperata de Diamantina, prevista para exibição pela TV Brasil, e o planejamento de campanhas e projetos a serem retomados após o período eleitoral.

Na sequência, informou-se que a pesquisa de clima organizacional e de satisfação será realizada após o mês de agosto. Quanto ao projeto de implantação da Central de Relacionamento, esclareceu-se que a contratação de empresa especializada foi considerada inviável neste momento, tendo sido definido que a Assessoria de Comunicação utilizará as ferramentas disponíveis para estruturar cadastro de usuários e desenvolver ações de relacionamento, fidelização e pesquisas de satisfação.

Registrou-se que o projeto da Rádio Inconfidência Internacional foi reformulado passando a contemplar a produção de conteúdo em língua inglesa, mediante parcerias institucionais e a atuação de colaboradores bilíngues, com apoio do Investe Minas e de outros parceiros estratégicos, passando a integrar as ações comemorativas pelos 90 anos da Rádio Inconfidência, em conjunto com a iniciativa de revitalização do Centro de Transmissão.

Quanto ao projeto de criação do CEDOC unificado, foram apresentadas as ações em andamento, incluindo a preservação e digitalização do acervo, a constituição de grupos de trabalho, a busca de parcerias, estudos de engenharia para revitalização da estrutura física e tratativas com órgãos estaduais e instituições de ensino para apoio técnico. Os conselheiros solicitaram a inclusão de cronograma com marcos de acompanhamento da execução do projeto, solicitação acolhida pela Diretoria, que informou que o material será apresentado na próxima reunião.

Em seguida, foi apresentada a atualização do projeto de automatização e modernização das operações, destacando-se a obtenção de equipamentos por meio de parcerias, as negociações para modernização dos estúdios e as ações voltadas à modernização do CTAM, incluindo a participação em programa de eficiência energética. Os conselheiros recomendaram que os próximos relatórios passem a evidenciar, de forma objetiva, a evolução dos projetos e as metas alcançadas entre uma reunião e outra, proposta acatada pela Administração.

Foi informado que o edital relacionado ao projeto de eficiência energética (ESCO) encontra-se concluído e em análise jurídica, sendo destacada sua relevância para a modernização da infraestrutura da EMC. Os conselheiros solicitaram que os relatórios futuros apresentem indicadores de avanço, metas e cronogramas simplificados dos projetos estratégicos, de forma a facilitar o acompanhamento da evolução das ações.

Quanto à revisão da grade dos canais de multiprogramação, foi informado o avanço das transmissões do MGM ao vivo e a realização de ajustes na programação, incluindo a estreia do programa “Paralelo 60” e a implementação de alterações na grade executiva. Também foi informado o andamento da contratação de software para aprimoramento da programação do Canal 2.

Sobre a implantação da Política de Audiovisual, foi comunicada a publicação dos editais, incluindo edital no valor de R\$ 2.110.000,00 destinado à produção de séries, documentários, animações e protótipos de games. Foi esclarecido que as obras selecionadas terão licenciamento para exibição na EMC e no Minasplay, com foco na valorização da identidade mineira. Registrou-se que os editais não contemplam podcasts, embora existam outras possibilidades de financiamento estadual para esse formato.

Foi debatida a participação da inteligência artificial em produções audiovisuais, destacando-se os desafios regulatórios e de fiscalização, considerando a ausência de legislação específica no Brasil e internacionalmente. Foi ressaltada a necessidade de acompanhamento da evolução tecnológica e dos impactos da IA nos processos de produção e avaliação de projetos culturais.

Foi debatida a utilização de inteligência artificial em produções audiovisuais, destacando-se a importância de acompanhar a evolução tecnológica, sem restrições prévias, desde que sejam observados critérios de qualidade, preservação da geração de empregos e impactos no setor audiovisual. Registrou-se que ainda existem desafios regulatórios e de avaliação, especialmente em produções de animação.

Sobre o estabelecimento de parcerias com rádios do interior, foi informado o avanço na integração à Federação das Rádios, possibilitando maior intercâmbio de programação e ampliação da divulgação dos conteúdos. Em relação às parcerias com entidades esportivas, foi destacada a realização de transmissões esportivas com compartilhamento de sinal por outras emissoras.

No Plano de Aprimoramento da Gestão da EMC, foram apresentadas atualizações sobre a organização dos macroprocessos, manual de operação, criação de biblioteca de procedimentos e necessidade de definição de plataforma para centralização e divulgação das informações. O manual de redação encontra-se em desenvolvimento, com atraso devido à necessidade de recomposição da comissão editorial.

Quanto ao Programa de Integridade, foi esclarecido que não há uma comissão de integridade específica, mas sim programa institucionalmente constituído, com comissão de acompanhamento. O plano de ação encontra-se em fase de retomada, com apoio da área de auditoria.

Ao final, foi discutida a necessidade de melhoria no fluxo de envio dos relatórios aos conselheiros, visando o cumprimento do prazo mínimo de antecedência de dez dias para análise dos materiais em reuniões ordinárias. Foi acordada a revisão do cronograma de pautas e reuniões, considerando os prazos de fechamento dos dados trimestrais, de modo a garantir apresentações mais completas e tempestivas.

Foi reforçada a necessidade de maior alinhamento prévio quanto ao cronograma de reuniões, pautas e envio de documentos, considerando a organização dos conselheiros e a importância de evitar alterações ou pendências de última hora. Destacou-se que a revisão antecipada das pautas permitirá melhor preparação e análise dos temas.

Foi registrada a previsão da próxima reunião ordinária para o dia 3 de agosto, com pauta inicialmente relacionada à revisão do processo de dispensa de empregados. Também foi ressaltada a necessidade de apreciação e aprovação do Plano de Negócios, documento exigido pela Lei nº 13.303/2016, sendo acordada a continuidade das tratativas para definição da pauta e eventual realização de reunião extraordinária.

Ao final, os conselheiros agradeceram a participação dos presentes e destacaram a relevância das informações apresentadas, bem como os avanços observados na disponibilização e organização dos dados. A reunião foi encerrada com agradecimentos gerais.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Gustavo Medeiros, Presidente do Conselho, agradeceu a participação e a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Gischewski Costa, Conselheira**, em 11/08/2026, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista de Medeiros, Chefe de Gabinete**, em 11/08/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO PRATES CARDIERI, Usuário Externo**, em 12/08/2026, às 02:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Guimarães Ferreira Junior, Empregado Público**, em 13/08/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erick Serrat Magnani Alves, Assessor (a)**, em 14/08/2026, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **144153091** e o código CRC **E76411F3**.

Referência: Processo nº 3150.01.0000011/2025-80

SEI nº 144153091